

CLIPPING IMPRESSO

01/02/2022



INDICE

1. DECISÕES	
1.1. JORNAL O PROGRESSO.....	1 - 3
2. ELEIÇÕES TJ	
2.1. JORNAL O PROGRESSO.....	4
3. INSTITUCIONAL	
3.1. JORNAL O IMPARCIAL.....	5 - 8



2 crimes de transfobia em dois meses no Maranhão

PÁGINA 8

Visibilidade trans

2 casos de transfobia em dois meses

PATRÍCIA CUNHA

No último dia 26, o suspeito de assassinar a travesti conhecida como Paulinha, de 31 anos, foi preso na cidade de Timon. Segundo a Polícia Civil, o suspeito tem 30 anos e negou o crime, embora tenha confessado ser ele a pessoa que aparece em vídeo saindo do local onde a vítima foi encontrada morta.



Paulinha foi assassinada brutalmente a pedradas e facadas no dia 23 de janeiro na cidade maranhense de Timon. O corpo dela foi encontrado na Praça Higino Cunha, no bairro Formosa, no município.

Apesar de a motivação do crime ainda não ter sido divulgada, Paulinha foi o primeiro caso de ataque a travesti neste ano de 2022, na mesma semana em que o Brasil vivenciou o Dia da Visibilidade Trans, na data de 29 de janeiro, desde 2004.

O termo trans corresponde à letra T da sigla LGBTQIA+, abrangendo as pessoas transexuais (ho-

mens e mulheres trans), travestis e não-binárias (que não se reconhecem como homens e nem como mulheres, e sim num lugar intermediário entre gêneros).

Pelo menos 140 transexuais e travestis foram assassinados em 2021 no Brasil. O número apresenta uma queda de 20% em relação a 2020, porém, o Brasil continua sendo o país que mais mata pessoas trans no mundo, é que mostra um levantamento feito pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra) divulgado no último dia 28.

Em 2020, o Maranhão registrou 12 assassinatos contra pessoas LGBTQIA+, segundo dados da Secretaria de Estado de Direitos Humanos e Participação Popular (Sedihpop). O relatório da Antra, no Maranhão, em 2021, diz que foram registrados 4 assassinatos de pessoas trans, mas de acordo com Betinho Lima, coordenador da política LGBT da Secretaria de Direitos Humanos e Participação Popular (Sedihpop), foram 15 assassinatos contra a população LGBT. “Já, já o Observatório de Políticas Públicas LGBT vai lançar o segundo boletim sobre isso. Infelizmente, a violência aumentou e isso tem ocorrido muito, principalmente nos municípios. A gente está intensificando visita aos órgãos públicos em busca de estratégias na questão da prevenção da violência”, disse Betinho.

Um desses casos aconteceu no final do ano passado, e a vítima foi a travesti Lara Viny, assassinada com um golpe de faca, no dia 18 de dezembro, nas proximidades da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), na área Itaquibacanga, em São Luís. Lara Viny foi encontrada com o corpo seminudo e com marca de ferimento na região do pescoço. O caso ainda está sendo investigado pela polícia.

“Esses casos de transfobia trazem para nós, além de raiva e indignação, um misto de emoções, de sentimentos, principalmente de frustração por serem assassinatos bárbaros, com requintes de crueldade e também que demonstram o quanto a identidade de gênero, como a pessoa se mostra para a sociedade, que fazem esse recorte para o feminino, demonstra o quanto é injusto e também violento esse tipo de ataque. Mas precisamos fazer frente, perante o estado e os órgãos de segurança, para que nos deem resposta para esses casos de assassinatos bárbaros a essa população”, disse Andressa Shearon Santana Dutra, presidente da Associação Maranhense de Travestis e Transexuais (Amatra).

Para Betinho, é necessário criar uma rede de conta-

tos, por exemplo, ao sair com alguém é preciso deixar uma pista, avisar alguém que está saindo, ou com quem está saindo, para ajudar em casos de investigação. “Só a partir de alguma pista a polícia vai ter um norte e ela faz o trabalho dela, tem dado resposta rápida, mas precisa de elementos. Todos os crimes que ocorreram em 2021, com exceção do caso da Lara, porque as companheiras dela se omitem em dar mais informações, tiveram resposta rápida da polícia. Temos uma rede de enfrentamento à LGTFobia que compõe 29 órgãos, e por isso essas notificações estão vindo rápido”, disse.



Esses casos de transfobia trazem para nós, além de raiva e

indignação, um misto de emoções, de sentimentos, principalmente de frustração por serem assassinatos bárbaros, com requintes de crueldade e também que demonstram o quanto a identidade de gênero, como a pessoa se mostra para a sociedade

Quarto do país em transfobia

Para Lohanna Pausini, diretora da Casa FloreSer Maranhão e secretária geral do Conselho Estadual LGBT+ do Maranhão, é preciso lembrar que tipo de visibilidade está se querendo. “O Brasil é um dos países mais transfóbicos do mundo, de acordo com dados da ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais). Apesar de todas as conquistas que temos tido, a violência tem aumentado. Hoje podemos retificar nossos nomes, fazer tratamento médicos pelo SUS, união estável, e a própria criminalização da transfobia, dentre outras conquistas, mas o que a gente percebe ainda é que existe muita intolerância da sociedade. Não basta dizer que apoio a causa LGBT, é preciso que você entenda que ela tem as garantias de direitos que independem da opinião da pessoa. Você tem a liberdade de expressão, mas você deve respeitar o que a gente conquistou com lágrima, suor e sangue”, disse.

Segundo Lohanne, o Maranhão é o quarto do país em transfobia e isso precisa ser modificado. “Transfobia é crime e quem sofre precisa recorrer aos aparatos que temos à disposição: Tribunal de Justiça, delegacia, Defensoria, Ministério Público. Só assim a gente pode reverter essa situação. Porque existem dois caminhos: a conscientização e a força coercitiva da lei. E a gente tem que ocupar esse lugar que nos foi conquistado”.

De acordo com Betinho Lima, coordenador da política LGBT da Secretaria de Direitos Humanos e Participação Popular (Sedihpop), a cada 12 horas uma travesti é

vítima de violência LGBTfóbica, seja verbal, letal ou física. “A transfobia não se dá somente pelo crime. O simples trato de forma pejorativa, de discriminação, isso já caracteriza transfobia”, disse.

Travestis e Transexuais: resistência

O Seminário Visibilidade Trans e Direitos Humanos no Contexto da Desigualdade, que aconteceu nos dias 28 e 29, no Centro Histórico, abordou o tema: Travestis e Transexuais “Resistindo” em tempo de pandemia e contra o fascismo. Foram dois dias, em que a comunidade LGBTQIA+, representantes de poderes públicos, sociedade civil e população se reuniram para debates, discussões sobre políticas públicas, trocas de experiências, relatos. A realização foi da AMATRA, com apoio de entidades e movimentos ligados a esse público.

Andressa Sheron disse que resistência é um ato de existir, porque a vulnerabilidade é tanta, que muitas travestis e pessoas trans acabam não resistindo a toda espécie de violência. “É um ato de dizer que estamos aqui para lutar e para resistir por nós e por nossas irmãs e o fascismo é o que está acontecendo no Brasil, todo o desmonte. Uma agressão explícita à constituição brasileira. Precisamos reiterar a resistência contra o fascismo, a violência, o discurso de ódio gratuito que as pessoas trans e LGBT estão sofrendo”, disse.

De acordo com Betinho Lima, o Brasil passa por um momento de retrocesso nas políticas públicas para as populações em vulnerabilidade, principalmente para a população LGBT. “Resistir a tudo isso, a toda violência, dá ênfase, notoriedade e visibilidade para esse segmento, porque embora à revelia de todo retrocesso que esse governo atual propaga em prol da população LGBT, a gente está resistindo, principalmente a população trans e os travestis que resistem ao preconceito, à discriminação, ao fascismo escancarado”, disse Betinho.

Como denunciar

Os canais para denunciar crimes contra a população LGBT são:

- Plantões centrais da Polícia Militar
- Delegacia de Crimes Raciais
- Disque 100
- Casa da Mulher Brasileira (para travestis e trans)
- E ainda órgãos de acolhimento como: MPMA, OAB, Defensoria Pública Estadual



Transfobia é crime e quem sofre precisa recorrer aos aparatos que temos à disposição: Tribunal de Justiça, delegacia, Defensoria, Ministério Público. Só assim a gente pode reverter essa situação. Porque existem dois caminhos: a conscientização e a força coercitiva da lei. E a gente tem que ocupar esse lugar que nos foi conquistado

Justiça embarga obras do Colina Park

O Ministério Público do Maranhão conseguiu embargar a obra do Loteamento Colina Park, que teve pelo menos 38 quadras afetadas pelas enchentes. A decisão da justiça estabelece obrigações à empresa e ao Município P5c1

Raedson Carlos/Drone Imperosa



A pedido do MPMA, Justiça embarga obras do Colina Park em decisão liminar

A decisão estabelece outras obrigações à empresa e ao Município

O Ministério Público do Maranhão conseguiu embargar a obra do Loteamento Colina Park, que teve pelo menos 38 quadras afetadas pelas enchentes, no Município de Imperatriz. A decisão, publicada neste sábado, 29, resulta de Ação Civil Pública protocolada no último dia 17 contra a empresa Residencial Imperatriz Empreendimentos Imobiliários Ltda e o Município.

A ACP foi proposta pelo titular da 3ª Promotoria de Justiça Especializada na Defesa do Meio Ambiente de Imperatriz, Jadilson Cirqueira, por conta de irregularidades no parcelamento do solo e na infraestrutura básica que levaram o local a

ser alvo de alagamentos no período chuvoso.

De acordo com a investigação do MPMA, o laudo de Constatação nº 0010/2022 da Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos confirmou que as águas do Riacho Cacao, Córrego Cacauzinho e Rio Tocantins são limítrofes ao loteamento e influenciam diretamente na geografia do local. O parecer afirma que são necessárias obras mais criteriosas no empreendimento, como forma de prevenção e precaução para evitar os alagamentos.

OBRIGAÇÕES DO EMPREENDIMENTO

A Justiça determinou, dentre outras medidas, que o em-

preendimento Loteamento Colina Park suspenda o parcelamento do solo, inclusive quaisquer obras e melhorias de infraestrutura, até o final do julgamento do processo sob pena de multa de diária de R\$ 2 mil.

A empresa tem dez dias para entregar a relação nominal dos proprietários, com informações quanto ao impacto dos alagamentos entre os anos de 2019 e 2022, além de suspender qualquer tipo de propaganda de venda de lotes, inclusive o pagamento das prestações das pessoas detentoras de terrenos no local.

OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

A Justiça determinou, ain-

da, que o Município exija do empreendedor um procedimento administrativo e o cumprimento dentro de prazo legal para recuperar obras e infraestrutura básica, levando em consideração que o loteamento está situado em terrenos alagadiços e sujeitos a inundações. A obrigação in-

clui a tomada de providências para assegurar o escoamento das águas, mediante cominações legais.

O Município tem 15 dias para apresentar relatório circunstanciado da situação, com dados dos riscos para as pessoas detentoras de lotes ou construções no loteamento,

incluindo sugestões preventivas. O ente municipal também deve identificar situações de vítimas das enchentes no empreendimento, que sejam pobres, na forma da lei, e que precisem de auxílio. A multa por descumprimento é de R\$ 1 mil por dia. *(Iane Carolina / CCOM MPMA)*



Cinco candidatos e uma candidata concorrem a cargos do TJMA

Nelma Sarney e Paulo Velten, para presidente; Ricardo Duailibe e Marcelino Everton, para vice; e Froz Sobrinho e Raimundo Barros, para corregedor-geral da Justiça

Cinco desembargadores e uma desembargadora se inscreveram para a eleição da próxima quarta-feira (2), que definirá quem ocupará os três cargos da Mesa Diretora do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) no biênio que se inicia em abril de 2022 e vai até abril de 2024. Nelma Sarney e Paulo Velten concorrerão ao cargo de presidente; Ricardo Duailibe e Marcelino Everton, ao de vice; e Froz Sobrinho e Raimundo Barros, ao de corregedor-geral da Justiça.

A sessão plenária administrativa está marcada para às 9h do dia 2, na Sala das Sessões Plenárias do Tribunal, com transmissão ao vivo pelo canal oficial do TJMA no YouTube e pela Rádio Web Justiça do Maranhão, e deverá ter quórum de dois terços dos membros do Tribunal. As inscrições foram encerradas com 48 horas de antecedência, conforme determina a Resolução-GP - 142021, que aprovou o novo Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Maranhão no dia 17 de fevereiro de 2021.

A votação será presencial, de forma restrita, apenas com a participação dos desembargadores, desembargadoras, servidores e servidoras estritamente necessários para funcionamento da sessão de eleição, em razão da pandemia de Covid-19.

Na mesma pauta de quarta-feira, consta também a eleição para diretor do Fórum do Termo Judiciário de São Luís da Comarca da Ilha de São Luís, para o biênio 2022/2024, por indicação do desembargador corregedor-geral da Justiça recém-eleito, conforme o Artigo 119, parágrafo único, do Regimento Interno do TJMA.

Em seu Capítulo XI, Artigo 100, a Resolução-GP - 142021 estabelece que “Por maioria de seus membros efetivos e por votação secreta, o Plenário elegerá o presidente, o vice-presidente e o corregedor-geral da Justiça, na primeira sessão plenária do mês de fevereiro, dos anos pares, dentre os seus membros”.

ELEIÇÃO - Para cada cargo, será feito um escrutínio e serão considerados eleitos para os cargos de presidente, vice-presidente e corregedor-geral da Justiça, o desembargador ou desembargadora que, no respectivo escrutínio, obtiver a maioria absoluta dos votos dos presentes.

Se nenhum candidato ou candidata obtiver a maioria, será realizado novo escrutínio entre os dois mais votados. Havendo empate, será feito mais um escrutínio e, persistindo o empate, será considerado eleito(a) o(a) mais antigo(a).



Divulgação: Ribamar Pinheiro

CÉDULA - Será adotada uma cédula para eleição de cada cargo, na qual serão incluídos, na ordem decrescente de antiguidade, os nomes dos desembargadores que concorrerão.

Antes da votação, os candidatos a presidente e a corregedor-geral farão apresentação de suas propostas por, no máximo, dez minutos.

Os membros eleitos para os cargos de presidente, vice-presidente e corregedor-geral da Justiça exercerão mandato de dois anos, sendo vedada a reeleição, seja para o período subsequente ou não.

Ainda de acordo com o Regimento Interno, o desembargador que tiver exercido dois de quaisquer dos cargos de direção, não figurará mais entre os elegíveis, até que se esgotem todos os nomes na ordem de antiguidade. Isto não se aplica ao desembargador eleito para completar período de mandato inferior a um ano.

A posse dos eleitos, que será realizada em sessão solene do Plenário, ocorrerá na última sexta-feira útil do mês de abril do ano da eleição.

Atualmente, a Mesa Diretora do Judiciário maranhense é composta pelos desembargadores Lourival Serejo (presidente), Vicente de Paula Gomes de Castro (vice-presidente) e Paulo Velten (corregedor-geral da Justiça). (*Assessoria de Comunicação do TJMA*)